

LIBERDADE: IDENTIDADE E MEMÓRIA - UMA DISCUSSÃO SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO URBANA NO BAIRRO DA LIBERDADE, SÃO PAULO

Amanda Vital Tavernaro¹

Matheus Franco da Rosa Lopes²

RESUMO: Este artigo traz à tona discussão da verdadeira “face” do bairro da Liberdade, localizado na cidade de São Paulo, Brasil. Atualmente o bairro é conhecido por ser uma das maiores colônias japonesas fora do Japão e se destaca turisticamente devido ao fato de ser uma “Asiatwon” em meio ao centro de São Paulo, tendo todo seu turismo e comércio voltado para tal setor. Entretanto, as raízes do bairro são fortemente atreladas ao passado escravocrata brasileiro, sendo essa região um local de fugas e também de execuções tanto de escravos pretos como de nativos brasileiros, mas tal passado passou por um processo de apagamento histórico sendo este revivido nos dias atuais através dos movimentos raciais que ainda resistem no local e que vem ganhando força com o passar dos anos. Não se trata de possuir uma “cultura vencedora” e sim de saber harmonizar ambas as culturas existentes para que ambas sejam lembradas e celebradas.

Palavras-chave: Memória. Asia. Africa. Escravidão. Imigração. Identidade. Apagamento.

ABSTRACT: This article brings to light a discussion of the true “face” of the Liberdade neighborhood, located in the city of São Paulo, Brazil. Currently, the neighborhood is known for being one of the largest Japanese colonies outside of Japan and stands out touristically due to the fact that it is an “Asiatwon” in the center of São Paulo, with all its tourism and commerce focused on this sector. However, the roots of the neighborhood are strongly linked to the Brazilian slave past, with this region being a place of escapes and also of executions of both black slaves and native Brazilians, but this past went through a process of historical erasure and is revived today through the racial movements that still resist locally and that have been gaining strength over the years. It is not about having a “winning culture” but about knowing how to harmonize both existing cultures so that both are remembered and celebrated.

Keywords: Memory. Asia. Africa. Slavery. Immigration. Identity. Erasure.

¹ Arquiteta formada pela Fundação Armando Alvares Penteado (2022). Pós-graduada em Arquitetura Sustentável pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (2024). Pós-graduada em Arquitetura de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2025).

² Doutor (2019-2022) e Mestre (2016-2018) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie na área de Teoria e Projeto, recendo uma bolsa CAPES modalidade I (2020-2022). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010-2015). Atua como Coordenador e Diretor Substituto na Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo (2025-atual)

Introdução

O bairro da Liberdade na cidade de São Paulo é talvez um dos bairros mais conhecidos e icônicos da capital. Todos os fins de semana e feriados, o local recebe em torno de 10 a 20 mil pessoas que vão para aproveitar os restaurantes, as atrações culturais, as lojinhas características e também a chamada “Feirinha da Liberdade”. O bairro em si é conhecido por ser uma espécie de “*Asiatown*”¹⁷ em meio ao centro de São Paulo, o que acaba fazendo com que suas ruas, comércios etc. tenham a cultura oriental como foco.

O título de *Asiatown* não é a toa: desde 1912 o bairro já chegou a comportar a maior colônia japonesa do mundo fora do Japão e atualmente além dos japoneses também conta com chineses e coreanos morando em seus arredores; o que atrai todo o contingente de pessoas que são interessadas na cultura asiática, seja através da comida, das lojas que ven- dem artigos importados asiáticos ou até mesmo de eventos culturais que acontecem no bairro de tempos em tempos.

Luminária Japonesa na Liberdade



Fonte: Lab Jo 2018

Entretanto, o nome “Liberdade” não vem da história desses imigrantes e asiáticos

e, sim, remonta a tempos mais antigos e esquecidos. Desde 1604, com a transferência da Forca para a futura área da Praça da Liberdade, o bairro ficou conhecido como “Bairro da Pólvora” e era considerado um local mais afastado da antiga vila de São Paulo e devido a esse fator era palco de execuções públicas e do primeiro cemitério da cidade, o Cemitério dos Aflitos. Nessa região eram enforcados e depois exumados todos os tipos “indesejáveis” para a população da época: escravos e indígenas. Além disso, o local também abrigava diversos quilombos e tribos nativas, e foi palco de diversos movimentos raciais e um grande símbolo da luta contra o preconceito racial.

Ambas as histórias coexistem até hoje no bairro como duas realidades paralelas que se sobrepõem sobre a outra, embora apenas uma delas tenha reconhecimento; o que nos leva ao foco deste artigo: a discussão da sustentabilidade cultural de um bairro, onde mesmo com histórias e culturas tão distintas entre si, como que elas podem coexistir sem que uma tenha mais foco do que a outra. Trata-se, portanto, de uma discussão da paisagem urbana da região central de São Paulo; a qual consequentemente torna-se pertinente para os debates de urbanismos contemporâneos, sendo que tal situação pode ser observada em várias metrópoles ao redor do mundo; tal qual a Chinatown de Nova Iorque e Montreal, Little Havana e Little Haiti em Miami, Phahurat em Bangkok; entre tantas outras.



Torre e sino da Capela dos Aflitos. 2020 – Fonte: Autoria Própria

África – Brasil - Um breve histórico geral sobre a escravidão brasileira

Acredita-se que o início do sistema escravagista no Brasil tenha se dado em meados de 1530, sendo as principais vítimas as populações de povos originários e entre os séculos XVI e XIX mais de 11 milhões de africanos foram trazidos para as Américas sob a condição de escravidão, esse número não inclui os que morreram durante as capturas e a travessia ao Atlântico.

Os escravizados sobreviventes à captura eram embarcados nos porões de navios negreiros em grupos de 300 a 500 pessoas, e enfrentavam uma travessia de 30 a 50 dias. Ao final da viagem, eram desembarcados nos portos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Vicente e eram distribuídos para as mais diferentes localidades para realizar todo o tipo de trabalho. De princípio, se concentravam no litoral brasileiro, na extração de Pau Brasil e posteriormente eram majoritariamente empregados nos engenhos de cana de açúcar. Com o declínio do açúcar na segunda metade do século XVII, os escravos foram levados ao interior, onde trabalhavam na mineração, criação de gado, cultivo do cacau, charqueadas e na exploração das Drogas do Sertão. Além desses serviços, também trabalhavam no serviço doméstico, em construções públicas e no comércio de alimentos.

Entretanto, apesar da condição de “objeto” em que os povos africanos eram submetidos, as rebeliões e fugas faziam parte do cotidiano escravagista. Nessas tentativas de fugas ou nas idas e vindas, os homens e mulheres escravizados construíam vínculos sociais fora da fazenda, formando assim uma “rede de informação” sobre estratégias de alforria, onde formavam uma economia clandestina, sustentada através da recepção e venda de produtos furtados por escravos; ou também formavam planos de fuga e compartilhavam as localizações de quilombos.

Em relação às fugas, sua principal motivação eram os castigos injustos e brutais. Segundo Perdigão Malheiro, onde existiu escravidão, existiram as fugas, os anúncios de desaparecimento nos jornais e a figura do Capitão do Mato. Quando o escravo fugia, este podia se esconder nas matas, onde se localizavam os quilombos ou tentar se misturar à população de negros alforriados nos ambientes urbanos, se passando também por escravo alforriado. Nenhuma das alternativas eram fáceis de serem seguidas, pois significava viver sendo perseguido não apenas como um foragido, mas

como um criminoso.

Ao falar sobre alforria, deve-se saber que esta foi uma prática comum no sistema escravocrata tanto português como espanhol, se diferenciando do sistema da América do Norte, onde o acesso do escravo à liberdade era mais difícil. Porém, não se deve julgar esse fato como uma “benevolência” dos senhores e sim um imperativo econômico, onde usufruíam ao máximo de seus escravos e depois os vendiam pelo preço que pagaram ou ainda alforriavam os escravos velhos e ou doentes, não precisando assim alimentá-los e tratá-los durante a velhice.

Segundo o IBGE, até este presente ano, contam-se no total de 494 territórios quilombolas oficiais. Os quilombos (ou mocambos) existem desde do período colonial tais como as fugas, eram muito comuns em todos os territórios escravocratas e seus moradores firmavam alianças com outras comunidades excluídas tais como os índios, criminosos e desertores do exército. O quilombo mais notório e mais estudado foi o Quilombo dos Palmares. Formado no século XVII, na Serra da Barriga, localizado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, em uma área de difícil acesso. Seus moradores tinham uma organização sociocultural, política e econômica que remonta os antigos reinados africanos. Em seu auge, Palmares chegou a ter 30 mil habitantes.

A presença escravocrata em São Paulo se origina desde o princípio do período colonial, mas até o início do século XVIII ela se manteve discreta; visto que a produção dependia quase exclusivamente da mão de obra dos povos nativos; chamados de os “negros da terra”. Em verdade, apesar da escravidão ter sido abolida, ainda somos “assombrados” até os dias de hoje por seus fantasmas, principalmente, ao analisarmos questões de racismo estrutural as quais impactam em toda a distribuição socioeconômica da ocupação de São Paulo; sobretudo no bairro da Liberdade, onde o impacto se estende em questões de identidade, nas práticas culturais e mobilizações sociais.

A documentação e diferenciação entre os escravos nativos e negros era feita através da identificação da província de origem (Guiné ou Angola) ou pelo termo genérico de “Tapanhuno”. Outra grande diferenciação estava no custo atribuído aos escravos: os escravos africanos valiam muito mais do que os escravos nativos.

Entre os paulistas, haviam poucos que possuíam de 15 a 25 escravos em suas fazendas, durante o século XVII mas em todos esses casos excepcionais havia um número muito maior de nativos escravizados. Os proprietários de escravos mais notáveis da época eram as ordens religiosas como a Companhia de Jesus, que adquiria cada vez mais propriedades agrícolas e mão-de-obra escrava, em sua maioria contando negros e nativos, mas com números consideráveis de escravos negros.

A escravidão em São Paulo ganhou uma certa importância tardia, no começo do século XIX e perdeu força precocemente, devido a alta dos preços de escravos e a falta de mão-de-obra nas lavouras; o que tornou a escravidão urbana inviável. Em seu auge, o local onde mais se concentravam escravos era na Freguesia da Sé, conseqüentemente era onde residia a população mais abastada. Em 1836 o maior número de escravos era de 858 (488 africanos e 370 crioulos), segundo Daniel Pedro Muller.

A posse desses escravos para a elite paulista da época, era considerada um “ponto de honra”. Em grande parte dos casos esses escravos eram comprados no crédito e a situação em que os escravos eram submetidos exigiam que fossem “substituídos” antes mesmo que a dívida de sua compra fosse quitada; o que fazia com que os pertencentes a essa elite sempre estivessem em dívida.

Uma grande parte da população escrava na cidade de São Paulo atuava nas chácaras e sítios que ficavam nos arredores da cidade, tendo assim, portanto desenvolvido uma cultura caipira, envolvendo senhores de poucas posses, homens pobres e escravos. Já na cidade em si, era muito disseminado o uso de “escravos de aluguel”: escravos que iam para as ruas por conta própria prestando serviços, fazendo vendas, etc, e no final do dia ou em dias estipulados, prestavam contas ao senhor. Esse tipo de modalidade escrava fazia com que o indivíduo tivesse uma certa autonomia, entretanto a partir da abolição da escravidão em 1880, esses escravos que ofereciam seus serviços na rua passaram a sofrer com a concorrência dos imigrantes, sendo estes preferidos pelos empregadores.

Em meio a cidade o lugar onde costumava concentrar o maior número de escravos

era nos chafarizes. Conta-se que essas construções estavam constantemente danificadas devido as brigas frequentes entre escravos e carroceiros. O trabalho de sair as ruas à busca de água era constantemente delegado aos escravos, fato que transformava os chafarizes em um ponto de encontro dessa população. Outro importante ponto de encontro dessa população eram os ranchos; entre os mais famosos o da Agua Branca, Juqueri, Bexiga e Lavapés, sendo estes dois últimos um dos mais procurados pelas pessoas que estavam a caminho de Santos.

Em meio à cidade o lugar onde costumava concentrar o maior número de escravos era nos chafarizes. Conta-se que essas construções estavam constantemente danificadas devido as brigas frequentes entre escravos e carroceiros. O trabalho de sair as ruas à busca de água era constantemente delegado aos escravos, fato que transformava os chafarizes em um ponto de encontro dessa população. Outro importante ponto de encontro dessa população eram os ranchos; entre os mais famosos o da Agua Branca, Juqueri, Bexiga e Lavapés, sendo estes dois últimos um dos mais procurados pelas pessoas que estavam a caminho de Santos.



Mapa pertencente ao livro: “Cenas de uma capital em expansão: Aspectos da Urbanização da Vila Mariana (1890-1914), São Paulo; mostrando onde seria a região da Chácara do Quebra Bunda, à direita, e a Chácara da Gloria, atual região da Liberdade - Clara Cristina Anaya/ Unesp

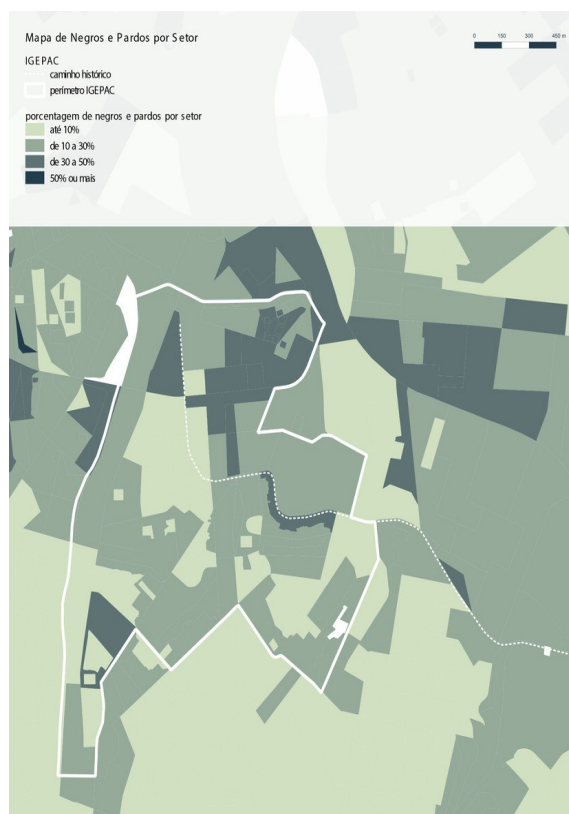
Outros pontos importantes para a sociedade urbana escravocrata de São Paulo era a presença de “lugares disciplinadores”, que serviam para manter o controle entre os escravos e punir de forma exemplar os que se rebelavam. Esses lugares eram chácaras especializadas em castigos de escravos. A mais famosa era a Chácara do Telégrafo, no

bairro do Paraíso, ou popularmente conhecida como a “Chácara do Quebra Bunda”. Além dessas chácaras também existia a forca da cidade, localizada no Largo da Forca (atual praça da Liberdade) e o Cemitério dos Aflitos, onde eram enterrados os escravos, indigentes e não batizados, o que com o tempo se tornou um espaço utilizado para diversos cultos religiosos de matriz africana.

Além desses espaços físicos, também existem traçados urbanos que remontam a cidade colonial e principalmente a presença que os povos escravizados deixaram na cidade. O exemplo mais claro desse vestígio é o Caminho Histórico Gloria Lavapés. Atualmente o caminho Gloria Lavapés é composto pelas ruas Gloria e Lavapés, interligando os bairros da Liberdade, Glicério e Cambuci. Foi tombado em 2018, mas ainda enfrenta as consequências do apagamento histórico e da marginalização, mas ainda se estabelece como patrimônio por meio de suas várias camadas históricas que compreendem memórias sentimentais, urbanas, visuais, morfológicas e ocupacionais.

O caminho começa no “triângulo histórico” paulista e se dirige na direção sul, sentido litoral; conectando São Paulo ao porto de Santos. Seu traçado inalterado desde sua criação, está atrelado a Córrego Lavapés e devido à sua posição entre o Centro de São Paulo e Santos, essa região se configurava como uma espécie de periferia da cidade colonial, tendo sempre sido ocupado por minorias e marginalizados.

De acordo com o mapa abaixo, “Cartografia de Vulnerabilidade Social: Negros e Pardos por Setor Censitário no Perímetro do IGEPAC-Liberdade”, realizado pelo censo de 2010, ainda existe uma presença negra muito relevante na região da Gloria Lavapés; entretanto para o “senso comum” essa região é ocupada somente por povos de origem asiática, como veremos mais a frente, reiterando o apagamento histórico que a população preta sofre nessa região



Fonte: IBGE, 2010

Japão - Brasil

A partir da década de 1820, a cidade São Paulo passava por um crescimento significativo tanto populacional como econômico. A cidade tendia a se expandir na direção sul, fazendo com que a região do Bairro da Liberdade se tornasse uma zona “semirrural” de campos, pastagens, chácaras e sítios. Essas chácaras foram fatores importantes que ajudaram a “moldar” a morfologia urbana do bairro, entre elas destacam-se: a Chácara do Tabatinguera, a Chácara dos Ingleses, Chácara Streib, Chácara Caetano Ferreira Balthar, Chácara do Sertório e Chácara do Barão de Limeira, onde funcionava a chamada “Chácara do Quebra Bunda”.

No começo do século XX, essas chácaras deram origem a loteamentos e aos arruamentos atuais, mas apesar disso, o bairro continuava com caráter residencial de classe média, embora houvesse algumas residências mais abastadas. Segundo o Anuário Estatístico de São Paulo que se refere aos nascimentos da época, havia uma forte presença de imigrantes italianos e portugueses no bairro, até estes serem

ultrapassados pelos imigrantes de origem japonesa, principalmente entre 1917 a 1940 quando chegaram mais de 164 mil japoneses dos quais 75% foram para São Paulo.

A presença japonesa no bairro se deu início em 1912, na rua Conde de Sarzedas, devido à grande quantidade de imóveis e porões disponíveis para aluguel a preços muito baratos. Nessa época os imigrantes japoneses trabalhavam em atividades comerciais para a própria colônia como hospedarias, empórios, fabricação de tofu, manju e firmas agenciadoras de empregos. Em 1932 eram 2 mil japoneses só na cidade de São Paulo, sendo destes 600 na Rua Conde de Sarzedas. Também havia ocupações nas ruas Irmã Simpliciana, Tabatinguera, Conde do Pinhal e Mituto Mizumoto. Em 1946, foi fundado o primeiro jornal pós-guerra japonês, o São Paulo Shimbun e em julho de 1953 foi inaugurado o Cine Niterói, localizado na Rua Galvão Bueno, contendo 5 andares com salão, restaurantes, hotel e uma sala de projeção, onde passavam filmes de produção japonesa. Com o tempo, a Rua Galvão Bueno passou a ser considerada o centro da ocupação japonesa, especialmente em torno do Cine Niterói, até que em 1964 foi inaugurada a Associação Cultural Japonesa de São Paulo, também chamada de Bunkyô, localizada na esquina da Rua São Joaquim com a Galvão Bueno.



Fachada pertencente ao Cine Niterói, sem data - Avani Stein/FolhaPress

Em 1968, com a construção da Diagonal Leste-Oeste, também conhecida como Mi-nhocão, o cine Niterói teve que se mudar para a esquina da Avenida da Liberdade

com a Rua Barão de Iguape e a Rua Conselheiro Furtado passou por um processo de alargamento, o que diminuiu a força do comércio local. Além disso, foi construída na década de 70 a estação de Metro Liberdade, o que fez com que alguns comércios da Rua Galvão Bueno desaparecessem. Foi nessa mesma década em que o bairro, através da Associação da Liberdade, recebeu decorações no estilo oriental, como as lanternas Suzurantô, a tradicional feira oriental, organizada todos os domingos na Praça da Liberdade, onde se estabelece até os dias de hoje. Hoje, o bairro também abriga imigrantes chineses e coreanos, caracterizando o bairro como “oriental” e não mais como exclusivamente japonês.

Africa – Brasil – Japão - Uma análise sobre os dias atuais no bairro

Atualmente o bairro está localizado na zona central de São Paulo, sendo abastecido pela Linha Azul do Metro, e devido à sua localização central, é um bairro bem adensado, embora seja de forma desequilibrada: Ao observar o mapa 01, as áreas mais adensadas (representadas em laranja) possuem em torno de 207 a 351 hab./ha e estão localizadas entre as ruas Galvão Bueno, Conselheiro Furtado, Barão de Iguape e Diogo Vaz, todas elas consideradas “turísticas”; enquanto que as menos adensadas, totalizando em torno de 92 pessoas (hab./ha), estão todas localizadas próximas à Avenida da Liberdade, a Radial Leste Oeste e a Gleba da rua Junqueira Freire.

Ao cruzarmos essas informações com o Mapa 02, Uso e Solo, elas acabam fazendo mais sentido visto que as regiões mais adensadas tem como uso o residencial vertical de médio padrão, como é o caso das Ruas Conselheiro Furtado e Diogo Vaz, ou uso misto de comercial nos térreos e residencial nos andares acima, como é o caso das ruas Galvão Bueno e Barão de Iguape; incentivando assim a circulação de pessoas no local, e conseqüentemente, incentivando o turismo



Mapa 1- Adensamento Urbano



Mapa 02- Uso e Ocupação do Solo

Mapa 03- Ruas com Luminárias Japonesas



Foto do Beco dos Aflitos atualmente. JORNAL ESTADAO

O cemitério funcionou até 1858, quando os restos mortais dos enterrados foram transferidos para o Cemitério da Consolação; mas a capela ainda hoje abriga uma forte manifestação cultural preta: O culto a Chaguinhas. Segundo os fiéis, Francisco José Chagas, chamado de “Chaguinhas” era um soldado que foi sentenciado a morte após sua participação em uma revolta que reedificava alguns salários atrasados dos militares, além de igualdade no pagamento entre soldados portugueses e brasileiros. Porém, durante a execução, a corda que enforcaria Chaguinhas se rompe e o soldado sobrevive ao enforcamento. Apesar dos pedidos de misericórdia por parte da população, as autoridades o levam para a forca pela segunda vez e novamente consegue sobreviver. Mesmo sob os gritos de “Liberdade” o soldado é levado pela terceira vez à forca e acaba novamente sobrevivendo; o que acabou por consternar a todos ali presentes e as autoridades a resolver executá-lo a pauladas.

Uma das fontes de tal relato é creditada ao Padre Feijó, ex-presidente do Senado, afirmando que o soldado caiu no chão pela terceira vez ainda vivo e então foi retalhado na então Ladeira da Forca; atual Rua dos Estudantes. Já naquela época iniciou-se o culto a Chaguinhas, sendo ele um “santo popular” da região. Seu culto se mantém ainda hoje na Capela dos Aflitos completando quase 200 anos graças a tradição das rezadeiras. Logo após sua execução, essas rezadeiras começaram a incluir o nome do santo em velas elas acendiam no Morro da Forca, em

homenagem aos mortos.

Atualmente essas velas são acendidas no velário da capela, onde Chaguinhas permaneceu preso durante seus últimos dias de vida. O rito em si, consiste em escrever um pedido no papel, colocá-lo na porta da cela, bater nela três vezes, em alusão às três tentativas de enforcamento, e então acender uma vela no velário da capela, o qual se localiza atrás dessa porta.

Além do rito em si, também existe a Irmandade da Devoção ao Glorioso Chaguinhas, um grupo de reza inter-religioso e que se reúne mensalmente para rezar o “Terço de Chaguinhas”, também chamado de Gloricha. Esse terço possui diversas contas em cores diferentes, as quais cada uma representa um orixá, além de contas rosas, que representam as rezadeiras que acendiam velas aos enforcados.

Hoje, o Culto a Chaguinhas está em processo de Tombamento para se tornar Patrimônio Imaterial do Estado. Tal projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e se encontra na Comissão de Educação e Cultura e seu tombamento representa uma outra narrativa da formação de São Paulo.



Porta da cela onde Chaguinhas passou seus últimos dias. Fonte: Karime Xavier- Folhapress

Como um exemplo destas discussões impactando sobre as perspectivas aos espaços públicos do bairro, em novembro de 2022, a Prefeitura de São Paulo lançou

um edital para elaboração de um concurso arquitetônico que visava a construção do Memorial dos Aflitos, nos terrenos atrás da capela dos Aflitos, especificamente na rua Galvão Bueno, onde desde 2018 se encontra interditado devido à descoberta de ossadas no local. O concurso selecionou três projetos e seria uma iniciativa no resgate da memória preta no local.

Entretanto, as organizações sociais que representam movimentos indígenas, religiosos e pretos, tal como o instituto Thebas e a UNAMCA (União dos Amigos da Capela dos Aflitos) após vários desentendimentos com a proposta vencedora, exigem um novo edital onde os projetos perpetuem não apenas a memória preta da cidade mas também a indígena e que o processo seja mais inclusivo e diverso. Por enquanto o projeto do memorial segue em aberto para futuras discussões, mas não deixa de ser um passo importante para o reconhecimento da memória preta e indígena no local.

Em contrapartida...

Em Abril de 2022 foi implementada na Praça da Liberdade uma estátua representando a Madrinha Eunice: sambista, ativista do movimento preto e fundadora da Escola de Samba Lavapés, a mais antiga escola de samba paulista, a qual continua em atividade até os dias de hoje. Esse projeto foi idealizado pelo DPH (Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo) e teve como principal objetivo homenagear personalidades pretas da história paulista, com a colaboração de artistas pretos.

Contudo, nota-se que mesmo projetos assim não bastam para conscientizar a população sobre a importância de ambas histórias para o bairro, visto que apenas um ano depois da instalação da estátua, em 2023, durante a montagem do Palco do Festival da Cultura Geek, o mesmo foi montado encostado na estátua e em cima da placa explicativa de sua história, apagando e segregando-a totalmente do espaço. Após protestos por parte de integrantes do Movimento Negro, a estrutura do palco foi retirada e o evento interrompido.



Estátua de Madrinha Eunice, implantada na Praça da Liberdade Fonte: Lyllian Bragança - Arquivo Pessoal



Estátua escondida pelo palco do Festival da Cultura Geek
 Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/17/palco-de-e-vento-da-prefeitura-e-montado-encostado-em-estatua-da-sambista-ne-gra-madrinha-eunice-no-centro-de-sp-e-gera-protestos.ghtml>

Em relação às iniciativas mais recentes por parte do poder público, entre 2022 e 2023, a Prefeitura Municipal de São Paulo tem intervindo nesse espaço público com projetos diversos, mas sem uma ação específica para contribuir de forma direta a evidenciar a pluralidade existente no bairro. A iniciativa mais recente foi o projeto

chamado “Ruas Abertas”. O projeto é uma proposta derivada da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e Agência São Paulo de Desenvolvimento. Tem como principal iniciativa a exclusividade de circulação de pedestres nas Ruas dos Estudantes (a extensão da Avenida da Liberdade até a Rua da Glória), o Beco dos Aflitos, Galvão Bueno (a extensão entre a R. dos Estudantes e Américo Campos) e a Américo Campos (a extensão entre a Galvão Bueno e Rua da Glória), tal como é ilustrado no mapa abaixo.

A iniciativa abrange uma área de 14.500m² e será implementada em duas etapas: a primeira prevê o fechamento esporádico das ruas citadas nos domingos e feriados (tal qual como a Avenida Paulista e recentemente a Avenida São João); já a segunda etapa se baseia na implementação de obras permanentes afim de ampliar os espaços de permanência no local, fortalecendo assim o comércio do bairro, o lazer e reduzindo o impacto ambiental.

Segundo a SMUL, o bairro da Liberdade foi escolhido devido ao seu potencial turístico e cultural, além de ter desenvolvido estudos de horários de pico, circulação de pedestres e vocação de cada trecho das ruas. A proposta em si é boa, pois visa a apropriação do pedestre do espaço público, trazendo também a segurança e fortalecendo o comércio local; essa mesma proposta também foi implantada em Janeiro deste ano na Avenida São João, na região da Sé, como uma forma de “reapropriação do centro histórico de São Paulo”. Esse tipo de iniciativa também encoraja a presença de eventos culturais ou até mesmo de “feirinhas” temáticas e nos faz pensar em como seria se esse projeto fosse “alongado” da Praça da Liberdade até a região do Glicério, usando talvez a própria rua da Glória como um caminho de integração entre as duas regiões, ligando assim a “Feirinha da Liberdade” com uma possível “Feirinha do Glicério”.



Feirinha da Liberdade no domingo

Fonte: <https://coisosonhego.com/bairro-da-liberdade-muito-alem-do-basico/>

Conclusão

A questão do bairro da Liberdade é o tipo de debate em que existem vários ângulos e histórias a serem analisadas e discutidas. Não se trata de haver uma “cultura vencedora” ou uma Liberdade predominante, mas sim de expor toda as facetas que o bairro possui.

Trata-se de construir uma “ponte” entre todas as Liberdades, sejam elas japonesa, africana, indígena, haitiana, chinesa etc. Embora ainda não exista um caminho claro para a construção dessa ponte, os primeiros passos já foram iniciados: seja por meio do futuro Memorial dos Aflitos, do projeto Ruas Abertas, da implantação da estátua da Madrinha Eunice na praça da Liberdade, da própria Feirinha da Liberdade ou dos movimentos negros existentes no local como a UNAMCA e o Instituto Thebas. A importância da participação de arquitetos e urbanistas neste processo também é de extrema importância, visto a sua potencial contribuição para a resolução das questões apontadas de modo produtivo; contribuindo assim para uma maior sustentabilidade destas memórias e representação em meio à cidade.

Porém também deve-se prestar atenção de que não se trata de construir uma “Liberdade temática” onde se separa a Liberdade Asiática com as lanternas japonesas e a Liberdade Africana se utilizando do mesmo tipo de alegoria, deve-se atentar que o principal cuidado ao se tratar do bairro deve ser as sobreposições culturais que existem ao mesmo tempo no local, o que é justamente o fator que torna esse bairro tão icônico e tão importante para diferentes tipos de pessoas com diferentes histórias. A verdadeira faceta da Liberdade é como uma grande colcha de retalhos, com diferentes origens, estampas e texturas; mas todos esses retalhos estão costurados com a mesma linha, formando assim uma peça única a qual se junta com outras peças, outros bairros, estes com outras cores e histórias; formando assim o que chamamos de Cidade de São Paulo.



Rua dos Aflitos - Aquarela sob papel, Tiyodi Tomioka - 1928
Fonte: Acervo Pinacoteca do estado de São Paulo

Referências

- ANDRADE, Celso de. “Aflitos de São Paulo: A Estigmatização Perante a Morte, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.
- BARONE, Ana Claudia. “Liberdade e Punição: O que se reivindica na disputa pela identidade racial no bairro da Liberdade?” Cadernos PROARQ 36.
- BOCCI, Diego. “Bairro da Liberdade e a imigração japonesa: a idéia de Bairro Japonês”. Revista Cordis - PUCSP.
- CONDEPHAAT, “Vistoria no Beco dos Aflitos”. 1976
- DIAS, Rafael de Almeida Serra. “LIBERDADE: UMA DISPUTA ÉTNICA. .” Revistas UECE, UECE, 19 Dec. 2012, <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3196>.
- DIAS, Renata Felício Boitar Paes. “Percepção da Paisagem Urbana do Bairro Liberdade (São Paulo - SP): a perspectiva das diferentes gerações nipo-brasileiras frente às transformações urbanas.” Unesp, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2016.
- DIÊGOLI, Leila Regina. Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural: Liberdade. IGEPAC SP, 1987.
- GUIMARÃES, Gabriel Vieira da Silva. “Liberdade! A Ocupação dos Imigrantes no Centro de São Paulo .” Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.
- KAJIWARA, Sheila Cristina. “O Vazio Da União Das Culturas Nipo-Brasileira: Projeto No Bairro Da Liberdade/SP.” UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC, 2009.
- LEITE, Maria Jorge dos Santos. “Tráfico Atlântico, Escravidão e Resistência no Brasil.” Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, 2017.
- MACHADO, Maria Helena P.T.. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo.” Departamento de História da USP, 2004, pp. 59–99.
- NÁPOLI, Aline Martins et al. “A Capela dos Aflitos: a resistência da memória negra no bairro da liberdade.” USP.
- SOUZA, Bruna Miyazaki de. “Memórias da Liberdade: Uma Análise das Transformações No Bairro Da Liberdade, Em São Paulo a partir da Renomeação da Estação de Metrô para ‘Japão-Liberdade.’” Universidade de Brasília, 2020.